

**O Turismo como Ferramenta para a Proteção do Patrimônio Cultural Arqueológico:
Um Estudo da APA Carste de Lagoa Santa – MG**

Débora Goulart Becheleni¹

Mirna de Lima Medeiros²

Resumo

A criação de diferentes enfoques para a prática do turismo e os diversos interesses dos viajantes abrem oportunidade para a utilização do patrimônio cultural arqueológico para fins turísticos. Entretanto, sabe-se que a atividade quando exercida desordenadamente pode causar impactos negativos ao ambiente e, ao se tratar especificamente dos vestígios arqueológicos, tais danos podem ser irreversíveis. Por outro lado, o planejamento do turismo possibilita a identificação, valorização e conservação do meio. A fragilidade intrínseca dos patrimônios culturais arqueológicos somados à pouca quantidade de estudos desenvolvidos sobre a relação da arqueologia com o turismo justificam o esforço de pesquisa em questão. Esta pesquisa buscou analisar brevemente o Arqueoturismo, identificando como a atividade pode servir como ferramenta para a proteção do patrimônio cultural arqueológico a partir do estudo do referencial teórico e de uma região com esta atividade ainda pouco estruturada, apesar de seu alto potencial. Optou-se pela pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, valendo-se do método do estudo de caso e interpretação dos dados por via da análise de conteúdo. O estudo de caso da APA Carste de Lagoa Santa permitiu a observação da realidade, potencial, possibilidades e limitações a para este tipo de turismo na região.

Palavras-chave: Turismo. Arqueologia. Patrimônio. Conservação.

¹ Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (IGC/UFMG).

² Mestranda em Administração de Organizações pela Universidade de São Paulo (FEARP/USP).

Introdução

Atualmente diversos países possuem o turismo cultural ligado à questão arqueológica como uma de suas fontes de renda (MARZARI, 2004). São exemplos de locais que se valem de atrativos turísticos arqueológicos como diferencial Machu Pichu, no Peru, ou ainda Stonehenge, na Inglaterra. O Brasil, apesar de rico em vestígios materiais e sítios arqueológicos (são mais de 10 mil sítios arqueológicos cadastrados no IPHAN³), não utiliza esse patrimônio como meio gerador de recursos e de desenvolvimento regional. Assim, quando o turismo acontece em ambientes arqueológicos, na maioria das vezes, a atividade se desenvolve sem o planejamento adequado, o que pode gerar impactos negativos e, até mesmo, a destruição deste patrimônio. É pautado nessa questão preocupante que se optou pelo desenvolvimento deste estudo.

A região escolhida para análise, APA Carste de Lagoa Santa, localiza-se em uma área cárstica do estado de Minas Gerais, o que torna a atividade turística mais delicada, e ainda mais interessante para análise. O carste apresenta uma grande vocação para o turismo por possuir paisagens de raras e diferentes formações, como as dolinas ou as grutas, por exemplo. Contudo, segundo Kohler (1989, p. 63) “o relevo cárstico é, por definição, frágil. Os constantes abatimentos e inundações não comportam grandes obras de engenharia e as áreas industriais deveriam ser evitadas”. Entretanto, o que vem acontecendo na área analisada é exatamente o contrário: a expansão industrial se dá cada vez de maneira mais acentuada. Apesar da APA Carste de Lagoa Santa ser legalmente protegida, existem ainda atividades exploratórias exercidas ali que podem abalar e comprometer as pesquisas científicas e a qualidade ambiental da região. A possibilidade de perda de patrimônios, inclusive inexplorados, na região, justifica a necessidade de um estudo e planejamento sustentável para o local. Dessa forma, uma análise da realidade da região e da viabilidade turística da mesma poderão contribuir para o desenvolvimento do turismo de forma planejada e sustentável

Diante do cenário brevemente apresentado, o objetivo do estudo realizado foi analisar a relação do turismo e da arqueologia, apresentando como o turismo quando bem planejado pode contribuir para a proteção do patrimônio arqueológico.

³ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?retorno=paginaIphan&sigla=Institucional&id=12944>

Metodologia

A proposta seguiu a opção pela pesquisa exploratória com abordagem predominantemente qualitativa. Conforme Gil (2002), as pesquisas exploratórias colaboram para descrições precisas, aclaram e ajudam a modificar conceitos e idéias, facilitando a verificação de relações entre os elementos estudados, através do estudo do material bibliográfico e documental a que o pesquisador tem acesso. Optou-se pelo uso do método de estudo de caso único, pois, entre as diferentes aplicações do estudo de caso está “explicar supostos vínculos causais em intervenções da vida real que são complexos demais para as estratégias experimentais ou aquelas utilizadas em levantamentos” (YIN, 2001, p. 34). Assim, a amostra, é não-probabilística, delimitada por julgamento, conveniência e acessibilidade. O estudo de caso foi realizado no estado de Minas Gerais, na região de Lagoa Santa por este local ser um dos marcos da história do homem e da arqueologia brasileira.

Foram utilizadas várias técnicas para a coleta dos dados, pois “o poder diferenciador do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências” (YIN, 2001, p.27). Entre elas: a observação direta, análise documental e entrevista em profundidade. A observação teve como finalidade analisar a realidade da região, sua infra-estrutura, características, visão dos envolvidos, entre outras questões. A análise documental, inicialmente, teve como finalidade a familiarização com o tema e *a posteriori* serviu como embasamento para as inferências. Foram realizadas entrevistas em profundidade com cerca de 14 pessoas, entre as quais incluem-se expertises da área de arqueologia e de turismo, responsáveis pelos sítios, bem como membros da secretaria de turismo e cultura e associações locais. A análise dos resultados seguiu uma abordagem qualitativa, para a qual utilizou-se a análise de conteúdo, por se tratar de um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados (BARDIN, 1977).

Turismo e Arqueologia

Como conseqüência da expansão da atividade turística, cresceu a procura por destinos diferenciados, o que tem levado à ampliação e diversificação das modalidades turísticas existentes. Da necessidade de um turismo voltado para o diferente, o novo, para o fortalecimento de uma identidade e significação de um patrimônio, surge o Turismo Cultural (BARRETTO, 2000). Este é impulsionado pela vontade de entrar em contato com diferentes costumes e hábitos (MENESES, 2004; IRVING e AZEVEDO, 2002). A busca por novas

fontes de atrativos turísticos para a formatação de produtos deste segmento abre a oportunidade para a emergência do chamado Turismo Arqueológico.

O turismo é uma área transdisciplinar e multifacetada (RODRIGUES, 2002) e, sendo assim, é objeto interessante para várias áreas de pesquisa e envolve uma série de atores. O fato de haver uma série de envolvidos, visões, bem como impactos e ainda, a tendência de se utilizar áreas protegidas para fins turísticos, fazem emergir uma série de questões como, por exemplo, a importância do planejamento turístico. Este planejamento consiste em “ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos” (RUSCHMANN, 1997, p. 9).

É essencial que o planejamento busque o equilíbrio entre as atividades turísticas e os recursos naturais, culturais e sociais da região, evitando que o Turismo cause danos às bases que fazem a atividade existir. Um dos princípios do planejamento com base no legado cultural deve ser o da sustentabilidade, visando à conscientização e educação da população acerca da preservação de seu próprio patrimônio (BARRETTO, 2000). O Turismo, quando planejado, pode minimizar os impactos negativos da atividade sobre o ambiente e, ao mesmo tempo, gerar benefícios para uma região na medida em que o Turismo é capaz de contribuir na conscientização e valorização de um patrimônio por parte da comunidade (FERRETI, 2002).

Percebe-se que, hoje em dia, os destinos turísticos mais competitivos são aqueles que possuem ao mesmo tempo qualidade ambiental e identidade cultural. A sustentabilidade turística de um local, no entanto, não depende apenas do respeito ao capital natural e ao capital cultural da comunidade receptora, mas também de um turista educado para saber como se comportar diante deste meio (SOUZA, 2002). Em conformidade, Castelli expõe que

[...] é preciso despertar a consciência de que, muito antes dos reflexos econômicos, o turismo deve fazer sobressair a importância do inter-relacionamento entre as pessoas, dentro de uma consciência de respeito de todos os elementos que formam a cultura do povo. (CASTELLI, 1990, p.123)

Sendo o turismo não só uma atividade econômica, é possível estabelecer interfaces com diversos segmentos do conhecimento e da técnica humana, o que confere, se trabalhado devidamente, uma sustentabilidade sócio-econômica, ambiental e cultural aos lugares onde ele está presente.

O desejo de conhecer e entender outras culturas movimenta milhares de pessoas em todo o globo há muito tempo, segundo Barreto (1995, p.43), “há autores que situam o começo

do turismo no século VIII a.C., na Grécia”. Entretanto, a atração pela arqueologia é mais recente e se deve muito à popularidade dos filmes, como os do personagem Indiana Jones, por exemplo, que despertou a curiosidade e vontade de buscar o desconhecido em muitas pessoas (SCATAMACCHIA, 2005). O turismo arqueológico:

[...] consiste no processo decorrente do deslocamento e da permanência de visitantes a locais denominados sítios arqueológicos, onde são encontrados os vestígios remanescentes de antigas sociedades, sejam elas pré-históricas e/ou históricas, passíveis de visitação terrestre ou aquática (MANZATO, 2005, p. 44).

O turismo cultural com abordagem arqueológica no Brasil, ainda é pequeno se comparado ao potencial deste território. Isso acontece por vários motivos, entre eles, provavelmente, a falta de estrutura e condições que possibilitem a visitação em sítios arqueológicos no país. Parte do vasto patrimônio arqueológico do país certamente poderia ser explorado turisticamente. O que, talvez, poderia colaborar para a diminuição da perda de material e objetos importantes para o estudo da nossa história. Scatamacchia (2005, p. 30) destaca que:

Se do ponto de vista da pesquisa os avanços foram muitos, do ponto de vista da divulgação, a arqueologia brasileira continua sendo uma abstração para a maioria da população. Talvez essa falta de conhecimento e familiaridade do grande público com o patrimônio arqueológico nacional seja o principal responsável pelo pouco aproveitamento social dos sítios arqueológicos.

Entretanto, apesar de o turismo arqueológico ainda não ser amplamente difundido no Brasil, é possível perceber, através de exemplos bem sucedidos em outros países, que este tipo de atividade pode ser importante para o destino, uma vez que possibilita a visitação controlada em sítios além de adequar outros já existentes para uma visitação sustentável, gerando desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

Os sítios que alcançam maior visibilidade no país atualmente são os denominados sambaquis⁴, localizados principalmente ao longo do litoral brasileiro, e os que possuem pinturas rupestres, que se localizam principalmente no interior do país. Em Minas Gerais, estado onde se localiza a área de estudo, existem algumas pinturas rupestres com datações de até doze mil anos (PROUS, 1992). Esses sítios podem constituir um atrativo turístico não só pela qualidade (visibilidade, legibilidade) das pinturas, mas como também pela idade que possuem e o valor cultural que representam.

⁴ Acumulação artificial de conchas e moluscos, vestígios da alimentação de grupos humanos. (PROUS, 1992, p. 204.)

Um dos dilemas atuais, segundo Scatamacchia (2005), é tentar conciliar as tendências da globalização com a diversidade de valores culturais que estão presentes na história do homem. O turismo surge nesse contexto como uma possibilidade para a sustentabilidade, de forma integrada, da preservação das diferentes manifestações do patrimônio cultural e ambiental (MARZARI, 2004). De acordo com Scatamacchia (2005, p. 12) “a utilização de sítios arqueológicos dentro de um programa estruturado de turismo é uma forma de conservação desses bens (...)”. Ou seja, a exposição controlada dos patrimônios arqueológicos, através de um estudo e planejamento da atividade turística, pode auferir recursos importantes para a revitalização, proteção e incentivo às pesquisas arqueológicas no ambiente. Como a atividade turística exige cuidados, manutenção e conservação do objeto de visitação, o turismo deveria ser visto como uma ferramenta de proteção sempre que possível, já que é uma fonte não só de recursos, como também de participação comunitária, preservação e desenvolvimento.

Acredita-se que uma proposta de Turismo Cultural estruturada, que englobe sítios arqueológicos, poderia servir, principalmente, como um fator de conscientização da população, na medida em que a valorização de um patrimônio se encontra diretamente ligada à democratização de seu acesso. Conseqüentemente, a partir dessa valorização, é possível alcançar uma maior proteção do patrimônio. Ressalta-se a importância do planejamento da atividade turística a fim de evitar futuras conseqüências negativas para o meio. O turismo quando não organizado por profissionais qualificados, pode se transformar em um transtorno para uma comunidade por se tornar um turismo de massa. Ainda nessa linha de pensamento, surgem outros pontos negativos, oriundos tanto do turismo de massa quanto da falta de instrumentos para a gestão do patrimônio arqueológico regional. O vandalismo, a depredação e o descaso do poder público são fortes empecilhos tanto para o desenvolvimento do turismo sustentável quanto para as pesquisas científicas. Afinal, o sítio quando não conservado, além de perder seu valor como atrativo turístico apresenta poucos vestígios passíveis de serem analisados pelos arqueólogos, paleontólogos, etc. Por isso, ainda existe hoje certa resistência destes profissionais com relação à abertura dos sítios para visitação turística, o receio de que o turismo não seja bem planejado e estruturado, entre outras questões, faz com que muitos especialistas sejam contra o Turismo Arqueológico.

A Apa Carste de Lagoa Santa

A APA Carste de Lagoa Santa está localizada a cerca de 30 quilômetros de Belo Horizonte, capital do estado, e faz parte de uma das regiões mais ricas no que diz respeito à arqueologia, paleontologia e espeleologia no Brasil. A APA abrange os municípios de Lagoa Santa, Pedro Leopoldo, Confins, Matozinhos e Funilândia. A região possui 96 sítios arqueológicos cadastrados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional⁵, sendo 29 deles localizados em Pedro Leopoldo e 36 em Matozinhos. Confins e Funilândia não apresentam sítios arqueológicos cadastrados, entretanto é importante frisar que antes de ser elevado à categoria de município, Confins era distrito de Lagoa Santa. É possível que o banco de dados do Instituto não tenha sido atualizado, apontando deste modo os sítios da área como localizados em Lagoa Santa.

O carste é um relevo característico de áreas onde ocorrem rochas solúveis, sendo a água o principal agente geomórfico. Possui uma paisagem específica por esta ter se desenvolvido ao longo do tempo a partir da dissolução das rochas do ambiente, apresentando feições como as dolinas ou as grutas, por exemplo (SWEETING apud PILÓ, 1998). Por serem altamente solúveis as rochas são capazes de absorver as águas do ambiente e reter o líquido em aquíferos subterrâneos. Assim, algo que polua as águas do carste, como, por exemplo, produtos advindos da agricultura ou esgoto, são rapidamente drenados para o subterrâneo atingindo os aquíferos locais.

Alterações no ecossistema ou a perturbação de qualquer elemento envolvido no processo de transformação das rochas desse ambiente podem resultar em impactos em todo o carste. Alguns exemplos, além do anteriormente citado, são: a instalação de estruturas mal planejadas nas grutas pode causar a impermeabilização do solo, o que modifica toda a dinâmica do carste e dificulta o processo de formação desse relevo. O desmatamento também afeta a dinâmica cárstica, na medida em que retira a cobertura de proteção natural do solo e altera o sistema de drenagem. Diante das questões supracitadas explicita-se a fragilidade do meio e percebe-se a importância de sua proteção. Dessa forma, salienta-se a necessidade de um planejamento interdisciplinar que englobe profissionais de áreas com diferentes interesses na exploração do carste, para que sejam elaborados melhores projetos e propostas para o uso sustentável da região pelas diversos setores da economia.

⁵ Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montaPesquisaPatrimonioCultural.do?tipo=SitiosArqueologicos>

De toda a APA Carste de Lagoa Santa, poucos são os sítios arqueológicos abertos a algum tipo de visitação. Dentre os sítios acessíveis, destaca-se o conjunto arqueológico de Poções, localizado em área da mineradora Lafarge. Contudo, apesar de ser possível o acesso ao local, é necessário antes uma autorização da empresa, do IPHAN e do IBAMA, onde deve-se explicar qual seria o interesse na visitação deste sítio. A impossibilidade de acesso é um dos principais problemas para se estabelecer o turismo arqueológico na região da APA, isso se deve ao fato de que a maioria dos patrimônios culturais estão localizados em área de propriedade particular. O tombamento não interfere no domínio de tais bens, o que significa que os sítios arqueológicos, mesmo tombados, permanecem em propriedade particular e sob a posse do proprietário daquelas terras, com a única diferença de que, a partir do tombamento, passam a existir algumas limitações acerca da alteração das características do patrimônio.

Sendo assim, tem-se que, para o desenvolvimento do turismo arqueológico na área de análise, seria necessário primeiro motivar os proprietários para a inserção do patrimônio localizado em suas terras em um roteiro ou projeto turístico. Entretanto, pela falta de conhecimento e informação tanto sobre a relevância destes patrimônios quanto sobre os possíveis benefícios do turismo, poucos se interessam por este tipo de atividade e optam por utilizar o espaço para agricultura ou pecuária, o que pode degradar os sítios arqueológicos.

Quase todos os sítios da APA Carste de Lagoa Santa já sofreram com os impactos da urbanização e industrialização do local. Um dos mais importantes sítios da região, o de Cerca Grande, que possui mais de 10 mil anos (PROUS, 2003), localiza-se em uma fazenda e tem o seu acesso restrito, inclusive para pesquisadores e estudantes, sendo o espaço utilizado hoje como pastagem para gado. Alguns dos sítios já estão totalmente destruídos como, por exemplo, a Lapa Vermelha de Lagoa Santa. Tal nível de degradação ambiental gera duas reflexões: primeiro a de que o turismo não pode ser estruturado em qualquer um destes sítios, visto que muitos já estão extremamente degradados; segundo a de que o turismo planejado pode contribuir para a conscientização e conservação dos que ainda se encontram em melhor estado de conservação. Destacam-se ainda na região em foco: a escassez ou subutilização dos equipamentos culturais, a carência de materiais interpretativos e recursos humanos especializados para o Turismo arqueológico, além da falta de estudos relacionados à demanda turística para o patrimônio arqueológico da região.

De acordo com as entrevistas realizadas, percebeu-se que o turismo arqueológico deve ser estruturado a partir de projetos que visem sua sustentabilidade e ao mesmo tempo, e

principalmente, o desenvolvimento econômico, cultural e social da região. O que seria possível, segundo alguns entrevistados, através de uma parceria entre poder público, privado e comunidade. Já que a área não conta com projetos ou propostas estruturadas ou em conjunto para o desenvolvimento deste tipo de turismo.

Considerações Finais

Como apresentamos anteriormente, a região de Lagoa Santa apresenta muitas potencialidades para o desenvolvimento do turismo arqueológico. Além disso, o fato de quase todas as cidades da área em análise fazerem parte do Circuito Turístico das Grutas proporciona ao local uma grande visibilidade e possibilidade de desenvolvimento turístico sustentável através de planejamento e projetos públicos/privados articulados com os já existentes, o que poderia conferir maior competitividade ao destino. Poder-se-ia estabelecer uma relação harmônica entre “passado” e “futuro” por meio de projetos e estudos aplicados que envolvam incentivo à cultura e ao resgate da memória da comunidade, fazendo com que “tradição” e “modernidade” andem juntas rumo ao desenvolvimento social, econômico e cultural. Assim, pode-se evitar perdas de patrimônios importantes e ao mesmo tempo gerar alternativas para o controle de urbanização, industrialização e uso do solo.

Como o turismo na região ainda não se encontra consolidado poucos são os atrativos turísticos estruturados para qualquer tipo de visitação turística. Toda essa precariedade na infra-estrutura de apoio turístico se torna um dos pontos mais importantes a serem trabalhados na região para que a mesma se configure como um destino de turismo arqueológico. O poder público é apontado como um dos principais responsáveis pelo sucesso ou não da atividade que este trabalho propõe na medida em que é ele o responsável por fiscalizar, liberar verbas para o planejamento e contratação de profissionais qualificados, além de incentivar o Turismo local. Ao mesmo tempo, é dever do poder público controlar o uso de ocupação do solo, bem como ceder ou não à apelos de indústrias para o desenvolvimento de suas atividades na área.

Contudo, o que parece ser o maior fator limitante para o desenvolvimento da atividade turística na região em análise é a desarticulação entre poder público e privado. A falta de recursos e de incentivos aos proprietários de áreas particulares inseridas na APA Carste de Lagoa Santa, relacionadas à gestão e uso turístico do patrimônio arqueológico é uma das deficiências provenientes da desintegração. Ocorre ainda a falta de entrosamento e de trabalho

conjunto entre os órgãos gestores e fiscalizadores desse patrimônio nas esferas municipal, estadual e federal.

Conclui-se que a área, apesar do potencial, necessita primeiramente de regras para a gestão dos patrimônios culturais e plano de manejo para que os mesmos se insiram em um programa de Turismo Arqueológico. Pode-se dizer que a APA Carste de Lagoa Santa é uma das áreas que poderia valer-se do Arqueoturismo como forma de proteção de seu patrimônio e que também necessita de ações como esta, já que possui riquezas únicas no que diz respeito à arqueologia, se localiza próxima à capital do Estado de Minas Gerais, apresenta grande facilidade de acesso, revela belezas naturais de diversos tipos e ainda conta com cidades já preparadas para visitação em grutas, o que poderia contribuir para a promoção da região como um todo. Além disso, a região encontra-se ameaçada pelo acelerado processo de urbanização e industrialização da área, o que reforça a necessidade da proteção do carste.

Através da democratização do acesso aos sítios arqueológicos, ao conhecimento da Arqueologia e de um determinado grupo social, é possível conscientizar tanto a população local quanto os turistas sobre a necessidade da proteção do patrimônio cultural arqueológico, que na APA Carste de Lagoa Santa já se encontra ameaçado. A valorização das diferenças culturais; em contraposição ao rápido processo de globalização, que padroniza destinos, culturas e povos; incita o engajamento coletivo da sociedade em movimentos de proteção e preservação da sua própria história. A sensibilização de um povo sobre sua cultura, identidade e preservação de seu próprio patrimônio pode garantir a sustentabilidade dos sítios. Trabalhar a tradição de um povo como produto turístico pode contribuir para a recuperação da identidade das pessoas e, conseqüentemente, para a manutenção de seus patrimônios.

A exposição dos sítios à atividade turística sem um plano de manejo adequado leva à perda deste patrimônio e, por outro lado, um sítio degradado inibe ou até mesmo anula o seu potencial turístico. Desta forma, é fácil perceber que os princípios que dão sentido à conservação do patrimônio cultural e os princípios em que se baseia o turismo sustentável possuem a mesma configuração de desenvolvimento.

A partir dos dados obtidos no decorrer do estudo identificamos algumas potencialidades e limitações relacionadas ao Turismo Arqueológico na APA Carste de Lagoa Santa. A proposta de interface das áreas turismo e arqueologia e de utilização dos sítios arqueológicos para fins turísticos, baseou-se no pressuposto salientado por diversos autores de que o turismo planejado pode servir como ferramenta para a o auto-reconhecimento,

valorização e proteção do patrimônio. Infere-se, portanto que o Turismo Arqueológico pode ser utilizado como mecanismo de gestão do patrimônio e proteção do carste, através dos preceitos da sustentabilidade e de uma maior valorização do patrimônio local.

Diante da importância do patrimônio, dos poucos estudos acadêmicos e da delicadeza deste tipo de atividade, propõe-se alguns tópicos para estudos futuros, entre os quais podem-se citar: estudos com a população local; estudos junto aos proprietários de terras onde se encontram alguns dos sítios da região; a análise da possibilidade de criação de museus a céu aberto na APA; ou ainda um estudo aprofundado com o poder público local. O esforço de pesquisa certamente possui algumas limitações como, por exemplo, a dificuldade de acesso aos sítios arqueológicos da região. Entretanto, espera-se que as reflexões e conceitos aqui apresentados contribuam para discussões acerca do Turismo e da Arqueologia e, principalmente, que estimulem não só debates, mas também ações interdisciplinares que contribuam para unir diferentes profissionais em prol de um bem comum.

Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 8 Ed, Campinas: Papirus, 1995.

BARRETO, M. **Turismo e Legado Cultural: As Possibilidades do Planejamento**. 2 Ed. Campinas: Papirus, 2000.

CASTELLI, G. **Turismo: Atividade Marcante no Século XX**. 2 Ed. Caxias do Sul: Educ, 1990

FERRETI, E. R. **Turismo e Meio Ambiente: Uma Abordagem Integrada**, São Paulo: Roca, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed, São Paulo: Atlas, 1999.

HALL, C. M. **Planejamento Turístico: Políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: O desafio da Sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

KOHLER, H. C. **Geomorfologia Cárstica na Região de Lagoa Santa – MG**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1989.

MANZATO, F. **Turismo Arqueológico: diagnóstico em sítios pré-históricos e históricos no Estado de São Paulo.** Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, 2005.

MARZARI, C. **Reflexiones sobre la Conservación y el Desarrollo Turístico en Sítios de Patrimônio Arqueológico Rupestre.** Gestión Cultural Nº 9: Turismo Arqueológico, 2004. Disponível em: <<http://www.gestioncultural.org/gc/boletin/pdf/Arqueoturismo/CMarzari.pdf>> Acesso em dez 2008.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing.** Vol. 1 e 2. São Paulo: Atlas, 1999.

MENESES, J. N. C. **História e Turismo Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PILÓ, L.B. **Morfologia Cárstica e Materiais Constituintes** [recurso eletrônico]: Dinâmica e Evolução da Depressão Poligonal Macacos-Baú, Carste de Lagoa Santa, MG. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 1998.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

PROUS, A. et al. **O Patrimônio Arqueológico da Região de Matozinhos: Conhecer para Proteger.** Belo Horizonte: Ed. autor, 2003.

RODRIGUES, A. A. B. **Geografia do Turismo: novos desafios.** In: TRIGO, L.G.G. (org.). Turismo – como aprender, como ensinar. São Paulo: SENAC, 2002.

RUSCHMANN, D.. **Turismo e Planejamento Sustentável: A Proteção do Meio Ambiente.** 8 Ed. Campinas: Papyrus, 1997.

DE SÁ, E. S. et al. **Manual de Normalização de Trabalhos Técnicos, Científicos e Culturais.** 5 Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SCATAMACCHIA, M.C. M. **Turismo e Arqueologia.** São Paulo: Aleph, 2005.

SOUZA, J. C.; DE SOUZA, L. S. **Turismo Sustentável: Cultura - Relações Públicas - Qualidade.** Salvador: SCT-STC, 2002.

YIN, R. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaInicial.do>> acesso em set, 2008.